Riscos regionais e sua gestão

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Risco político

O Sudeste Asiático passou por golpes de Estado, eleições contestadas, protestos de massa e mudanças abruptas de política durante a vida útil da maioria dos investimentos. O exemplo recente mais dramático é Mianmar. Em 1º de fevereiro de 2021, os militares detiveram os líderes eleitos e declararam estado de emergência. Os investidores estrangeiros reagiram rapidamente. A incorporadora tailandesa Amata suspendeu um projeto de zona industrial em Yangon avaliado em US$ 1 bilhão, e a cervejaria japonesa Kirin encerrou sua joint venture com a Myanma Economic Holdings Limited, um conglomerado controlado pelos militares.[1] O caso mostra com que rapidez uma joint venture com um parceiro local pode passar de ativo a passivo quando o parceiro está associado a um regime que passa a ser alvo de sanções. O Capítulo H.IV examina a dimensão das sanções.

O risco político também aparece em formas mais brandas. Eleições podem mudar a política de investimentos, as tarifas e a postura das autoridades em relação às empresas estrangeiras. Decisões judiciais podem invalidar leis nas quais os investidores confiaram, como mostrou a Lei de Criação de Empregos da Indonésia. O sentimento nacionalista pode voltar-se contra a propriedade estrangeira de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

recursos naturais, terras ou infraestrutura. Uma sede regional precisa acompanhar esses desdobramentos em cada país e traduzi-los em decisões sobre investimento, estrutura e pessoal.

Risco cambial e financeiro

A crise financeira asiática de 1997, examinada no Capítulo D.III, continua sendo o ponto de referência para o risco cambial na região. A Tailândia foi forçada a deixar o baht flutuar em 2 de julho de 1997. Entre junho de 1997 e julho de 1998, o baht caiu de 24,5 para 41 por dólar americano, a rupia indonésia de 2.380 para 14.150 e o ringgit da Malásia de 2,48 para 4,88.[2] A Malásia impôs controles de capital em setembro de 1998 e fixou o ringgit em 3,80 por dólar americano. As empresas que haviam tomado empréstimos em dólares para financiar negócios com receitas em moeda local sofreram perdas severas, e as que tinham ativos bloqueados na Malásia ficaram por algum tempo sem poder repatriá-los.

As lições de 1997 moldam até hoje a prática de tesouraria na região. As sedes regionais em Singapura gerenciam a exposição cambial de forma centralizada, casam, sempre que possível, a moeda da dívida com a moeda da receita e acompanham as regras de conversibilidade e transferência de cada país. A própria moeda de Singapura, administrada pela Monetary Authority em relação a uma cesta ponderada pelo comércio, tem servido de âncora relativamente estável para essas operações. A existência de mercados de câmbio profundos em Singapura permite às tesourarias regionais fazer hedge de exposições que seriam difíceis de cobrir localmente.

Corrupção e governança

As diferenças de governança entre os Estados-membros são grandes. No Índice de Percepção da Corrupção de 2025, Singapura ficou em terceiro lugar, com 84 pontos, ao passo que a Malásia ficou em 54º, com 52 pontos. O Vietnã ocupava o 81º lugar, a Indonésia e o Laos dividiam o 109º lugar, a Tailândia ficou em 116º e as Filipinas em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

120º. O Camboja ficou em 163º e Mianmar em 172º, de 182 países.[3] Embora essas pontuações meçam percepções, elas indicam o ambiente em que um negócio regional opera.

Para uma empresa administrada a partir de Singapura, o risco tem uma dimensão jurídica interna. O Prevention of Corruption Act estende a responsabilidade aos cidadãos de Singapura por atos de corrupção cometidos no exterior, que os tribunais tratam como se tivessem sido cometidos em Singapura.[4] Leis estrangeiras como o Foreign Corrupt Practices Act dos Estados Unidos e o Bribery Act do Reino Unido alcançam muitas sedes regionais pela nacionalidade, pela listagem em bolsa ou pelos negócios de suas sociedades controladoras. O Capítulo H.V examina a responsabilidade penal das empresas e a persecução. Na prática, a sede regional é muitas vezes o órgão que concebe e supervisiona os controles anticorrupção das subsidiárias nacionais, da due diligence sobre agentes e distribuidores à revisão de pagamentos a funcionários públicos e figuras políticas.

Fraude, centros de golpes e finanças ilícitas

O novo risco mais grave na região é o crescimento da fraude online organizada, operada a partir de complexos no Camboja, em Mianmar, no Laos e em outros lugares. O caso do Prince Group mostra o quanto essas atividades podem chegar perto do centro financeiro. Em outubro de 2025, os Estados Unidos e o Reino Unido impuseram sanções ao grupo e a seu presidente, Chen Zhi, por seu suposto papel na operação de centros de golpes e de fraudes online. Promotores americanos pediram o perdimento de 127.271 bitcoins, que valiam então mais de US$ 14 bilhões. Em Singapura, a polícia apreendeu ativos de cerca de S$ 150 milhões ligados ao grupo, entre eles seis imóveis, onze carros e um iate.[5] O Camboja anunciou em janeiro de 2026 que Chen Zhi havia sido preso e enviado à China.

Para os negócios regionais, a lição é que contrapartes, locadores, parceiros e até bancos em alguns mercados podem estar ligados a redes criminosas. Para Singapura, o risco é que o produto desses crimes seja lavado por meio de seu mercado imobiliário, de suas sociedades e de suas instituições financeiras. O Capítulo E.VI descreve o caso de lavagem de dinheiro de 2023 e o Capítulo H.III o arcabouço de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

combate à lavagem de dinheiro. As sedes regionais que admitem clientes, fornecedores e parceiros de todo o Sudeste Asiático precisam aplicar uma due diligence que leve esses padrões em conta.

Relações entre Estados

As disputas entre Estados vizinhos também podem afetar os negócios. As relações de Singapura com a Indonésia e a Malásia foram por vezes abaladas por questões de espaço aéreo, fronteiras marítimas, água e tratamento de nacionais. Também foram resolvidas por negociação. Em janeiro de 2022, num encontro de líderes em Bintan, Singapura e a Indonésia assinaram acordos sobre o realinhamento da região de informação de voo, sobre cooperação em defesa e sobre extradição.[6] O tratado de extradição é importante para os crimes financeiros, porque fecha uma lacuna criticada havia décadas. O Capítulo F.IV situa essas relações no contexto da diplomacia de Singapura.

Notas

1. Wikipedia, "2021 Myanmar coup d'état" (acesso em novembro de 2026): golpe de 1º de fevereiro de 2021, com estado de emergência de um ano; a Amata suspendeu um projeto de zona industrial de US$ 1 bilhão em Yangon; em 5 de fevereiro de 2021, a Kirin encerrou sua joint venture com a Myanma Economic Holdings Limited, de propriedade dos militares. ↩
2. Wikipedia, "1997 Asian financial crisis" (acesso em novembro de 2026): a Tailândia deixou o baht flutuar em 2 de julho de 1997; taxas de câmbio por US$ 1 de junho de 1997 a julho de 1998: baht de 24,5 para 41 (–40,2 por cento), rupia de 2.380 para 14.150 (–83,2 por cento), ringgit de 2,48 para 4,88 (–49,1 por cento); a Malásia impôs controles de capital em setembro de 1998 e fixou o ringgit em 3,8 por dólar; pacotes do FMI de mais de US$ 17 bilhões para a Tailândia e US$ 23 bilhões para a Indonésia. ↩
3. Wikipedia, "Corruption Perceptions Index" (acesso em novembro de 2026), índice de 2025 publicado em fevereiro de 2026: Singapura 84 (3º lugar);

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Malásia 52 (54º); Vietnã 41 (81º); Indonésia 34 (109º); Laos 34 (109º); Tailândia 33 (116º); Filipinas 32 (120º); Camboja 20 (163º); Mianmar 16 (172º); Suíça 80 (6º); Hong Kong 76 (12º); 182 países. ↩

4. Prevention of Corruption Act 1960, seção 37: um cidadão de Singapura que cometa fora de Singapura um crime previsto na lei pode ser processado como se o crime tivesse sido cometido em Singapura; verificar o texto atual no Singapore Statutes Online. ↩
5. Wikipedia, "Prince Group" (acesso em novembro de 2026): o grupo e Chen Zhi foram sancionados em 2025 por seu "alleged role in operating scam centers and online fraud"; os ativos bloqueados em outubro de 2025 incluíam 127.271 bitcoins avaliados em mais de US$ 14 bilhões; a polícia de Singapura apreendeu S$ 150 milhões (US$ 115 milhões) em ativos do Prince Group, entre eles seis imóveis, 11 carros e um iate; em janeiro de 2026, o Camboja anunciou que Chen Zhi havia sido preso, privado de sua cidadania e enviado à China. ↩
6. Wikipedia, "Indonesia–Singapore relations" (acesso em novembro de 2026): acordos assinados em janeiro de 2022 no 5th Singapore–Indonesia Leaders' Retreat, em Bintan, sobre o realinhamento das regiões de informação de voo de Jacarta e de Singapura (a Indonésia delega a Singapura alguns serviços de navegação aérea por 25 anos), sobre cooperação em defesa e sobre extradição para uma lista abrangente de crimes. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.